

SÉCULO DE MARTE. A GUERRA NA 1ª METADE DO SÉCULO XVII¹

Abílio Pires Lousada

1. O SÉCULO DE MARTE

O século XVII, questionado como o século de ferro por Duroselle² e entendido como do soldado por Fulvio Terti³, pode ser designado o século de Marte.

Constituindo um período que não conheceu pausas de paz absoluta, a guerra foi a «instituição dominante», marcando o ritmo da actividade dos Estados e das populações. De facto, escorados na força ideológica da Religião e sustentados na economia mercantilista, os príncipes fizeram as suas guerras de Estado, onde as questões dinásticas, a procura de poder e prestígio pessoal, o «jogo» das fronteiras naturais, a cobiça de recursos, a obsessão hegemónica ou a procura do equilíbrio de poderes levaram a guerra a todo o tecido social europeu, fazendo do continente e, por inerência, do mundo a ele ligado, um imenso campo de batalha. Guerra que se desenrolou tanto entre entidades estatais soberanas, como no interior dos próprios Estados.

Como guerras intra estatais temos as separatistas, concretamente das Províncias Unidas, Catalunha e Portugal contra a tutela castelhana; a guerra civil inglesa entre os realistas de Carlos I e os parlamentares de Cromwell; a guerra civil da Fronda, em França; o endémico conflito religioso entre católicos e protestantes no interior do Sacro Império Germânico. Dos conflitos inter estatais, destacamos o franco-espanhol (epirocrático), o anglo-holandês (talassocrático) e a guerra regional escandinava.

Assim, a Europa assistiu a uma guerra generalizada de onde sobressai o conflito de maior amplitude da História Moderna, a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), subsidiária das restantes⁴. Uma guerra no âmbito da qual o conde-duque de Olivares tentou unificar a Península Ibérica, conquistar o Norte da Alemanha, dominar militarmente na Flandres e controlar a Península Itálica⁵, falhando em todos os «tabuleiros». Uma guerra durante a qual o cardeal de Richelieu “*aterrorizou a Itália, coroou Portugal, tomou a Lorena, recebeu a Catalunha, favoreceu a Suécia, mutilou a Flandres, inquietou a Inglaterra e enganou a Europa*”⁶.

¹ In *Revista de História das Ideias*, Vol. 30, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2009.

² Jean Baptiste Duroselle, *História da Europa*, Lisboa, Círculo de Leitores/Publicações D. Quixote, 1990.

³ Geoffrey Parker, “O Soldado”, in *O Homem Barroco*, Direcção de Rosário Villari, Lisboa, Editorial Presença, 1995.

⁴ Destacando-se as guerras de trinta anos entre a França e a Espanha na Península Itálica (1629-1659) e entre Portugal e a Holanda no Brasil (1624-1654).

⁵ John Lynch, *Los Austrias (1598-1700)*, Barcelona, Crítica, 1993.

⁶ Cit. Vivian Green, *Renascimento e Reforma*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1984.

Portanto, no essencial a guerra releva da rivalidade entre a França dos Bourbons e os Habsburgos Hispano-Austríacos.

2. GEOPOLÍTICA DAS POTÊNCIAS

Foi este *status* bélico que conduziu à centralização do poder régio e à consolidação do Estado. A necessidade obrigou os governantes a acautelar a unidade político-ideológica interna e a sustentar a independência externa, a organizar uma máquina administrativa e burocrática, a desenvolver uma política externa agressiva, a colocar em funcionamento uma economia estatal virada para a produção industrial militar e a organizar um exército permanente, assente num complexo sistema de recrutamento.

Um conjunto de factores concorreu para esta situação: desde logo, as dissidências dogmáticas na Igreja Cristã e as guerras religiosas daí resultantes; o declínio da importância guerreira do cavaleiro nobiliárquico, emprestando à massa anónima um papel de relevo nos campos de batalha, negado antes da utilização da pólvora; a necessidade de o Estado prover a fazenda real de forma a «alimentar» os canhões que lhe sustentavam o poder; a expansão ultramarina, símbolo de poder global do soberano e importante fonte de rendimentos.

Assim, da necessidade de um Estado forte e centralizado capaz de suprir os antagonismos envolventes, rompendo com a autoridade arbitral de a Igreja se opor à hegemonia imperial e negar definitivamente os espartilhos feudo-medievais, consolidou-se o Estado Soberano, assente no poder secularizado e supremo de um príncipe que se identificava com o próprio Estado. Definitivamente, no século XVII “*a Respública Christiana transformou-se no Ocidente dos Estados*”⁷.

À época, quanto à distribuição de poderes, o sistema político internacional era multipolar, dominado por cinco actores principais: o poder continental e marítimo da Monarquia Hispânica, a braços com crescentes dificuldades de manutenção dos seus domínios imperiais; o poder continental francês, que apoiou os Estados protestantes e combateu os Habsburgos⁸; a emergência do poder marítimo das Províncias Unidas, em ruptura com o centralismo de Madrid; o Império Austríaco, de cariz continental, potência regional e reactiva face às oposições do Centro-Leste europeu; a Inglaterra, potência marítima, à procura do seu espaço de afirmação próprio.

Tratava-se de um sistema relativamente flexível em termos políticos, surgindo a tentação de hegemonia dificultada, porque o inimigo era sempre o Estado que ameaçava dominar os

⁷ Adriano Moreira, “As Teses de Lutero” in *Estratégia*, Vol. VIII, Lisboa, IPCE, 1995.

⁸ A lógica da estratégia «enviesada» da França na conjuntura assentava na máxima do Cardeal Richelieu: “*a salvação do Estado nada tem a ver com a salvação das almas*”.

outros⁹. Prevalecendo as alianças *ad-hoc* de curta duração, face às conveniências do momento, com frequentes mudanças de comportamento nas acções tomadas, o sistema viveu em permanente sobressalto, sendo os conflitos graves uma recorrência. Consequentemente, os actores políticos, secundários ou marginais, passaram a ter uma ampla liberdade de acção, confrontando o centralismo das grandes potências com o regionalismo de actores como Portugal, a Catalunha, os Estados Alemães, a Dinamarca ou a Suécia.

Os interesses do Estado e dos comerciantes passaram a ser convergentes, a geração de riqueza pelas empresas, a segurança dos Estados e a autoridade dos governos tornaram-se interdependentes, originando guerras entre Estados devido à necessidade de protecção da actividade comercial. No fundo, o mercantilismo era um sistema de poder que labora para o engrandecimento do Estado, com base no pressuposto de que riqueza económica e poder estão intimamente ligados; a economia tinha mais a ver com a força e o interesse do Estado e menos com questões de ordem moral ou ética. Assim, possuir um eficiente corpo diplomático, um credível exército dissuasor e frotas naval e comerciais poderosas eram elementos imprescindíveis para a existência de uma sólida base de poder estatal, que só uma fazenda sustentada permitia.

3. RES BELLI

Nesta conjuntura, a questão do recrutamento assumiu um papel fulcral, fonte de preocupações e atenção permanente dos monarcas. Normalmente, o recrutamento era feito nas zonas urbanas, local de concentração e circulação dos habitantes das zonas rurais limítrofes, e na própria zona de guerra.

O recrutador, que era um capitão nomeado pelo governo, procurava aliciar homens saudáveis, aos quais prometia o pagamento de um soldo, roupa, comida e alojamento em troca da vida miserável que levavam, formando com eles unidades que eram enviadas para as frentes de batalha. Basicamente, o serviço militar era voluntário, uma vez que a praga da fome, o desejo de uma vida mais desafogada, a ânsia de aventura e problemas familiares ou comunitários impeliam os indivíduos para os centros de recrutamento¹⁰. É claro que o recrutamento voluntário individual não excluiu a necessidade de arregimentar unidades através da obrigatoriedade de determinados cidadãos pegarem em armas, nomeadamente quando a situação no campo de batalha a isso obrigava. O recrutamento realizado nas imediações das zonas de guerra foi uma prática que o evoluir da conjuntura agudizou, pois a precariedade da vida das pessoas nessas

⁹ Raymond Aron, *Paz e Guerra entre as Nações*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2ª Edição, 1986.

¹⁰ Francisco Andújar Castillo, *Ejércitos y Militares en la Europa Moderna*, Madrid, Editorial Síntesis, 1999.

áreas instava-as a tomarem parte activa, facilitando o envio de soldados para a frente de batalha¹¹.

Para os nobres, nostálgicos do poder da era medieval, descapitalizados e já não detentores da prerrogativa de fazerem dos combates o seu modo único de estar na vida, o serviço militar era visto como forma de dignificar a sua condição social, ainda que através de um processo que já não controlavam. Mas, é a eles que se recorre para comandar unidades, prevalecendo os laços familiares ou de casta na organização dos exércitos, forma encontrada para emprestar confiança e coesão aos destacamentos.

Contudo, mais do que o recrutamento individual, voluntário ou obrigatório, feito no interior do Estado, era o exterior que constituía a principal fonte. Efectivamente, os exércitos europeus eram constituídos grandemente por contingentes estrangeiros. A situação não é nova pois desde o início do século XVI que os Estados se valiam do recrutamento de mercenários para fazerem a guerra, sendo as falanges suíças o contingente mais requisitado, dado o valor e profissionalismo dos seus piqueiros. Mas, com o dobrar do século, a situação exponenciou-se, tornando-se num negócio internacional, constituindo o território alemão «mercado de abastecimento humano» preferencial. No entanto, a utilização de tropa mercenária acarretava perigos para o Estado que os contratava: os fundos necessários acabarem antes de o contrato cessar; a guerra prolongar-se para além do desejável; o Estado depender excessivamente do braço armado mercenário¹².

O recrutamento efectuado à base de mercenários era feito por unidades constituídas, o que implicava a existência de intermediários nos países onde se recrutava. É neste contexto que emerge a figura do *Condottieri* (empresário militar), um nobre de vastos rendimentos e influência política que, de acordo com as requisições dos estados, organizava um contingente militar que colocava ao seu dispor no local especificado, pelo período de tempo combinado e mediante as verbas acordadas. Tratava-se de um contrato de serviço extremamente oneroso para os Estados, mas que dava garantias de maior eficiência nos combates, atendendo ao seu vínculo profissional.

Financiar a guerra tornou-se um problema para estados europeus, que viam o seu rendimento interno não acompanhar as despesas de manutenção das forças militares¹³. Porém, a conjuntura impunha tal situação, atingindo o seu ponto mais alto com a Guerra dos Trinta Anos,

¹¹ Geoffrey Parker, ob. cit.

¹² John Keegan, *Uma História da Guerra*, S. Paulo, Companhia das Letras, 1995, p. 246. O próprio Maquiavel já alertava para esta situação, escrevendo que “se alguém tem o seu Estado fundado sobre as armas mercenárias, nunca estará firme nem seguro, porque não têm unidade, são ambiciosas, indisciplinadas e infiéis”: Nicolau Maquiavel, *O Príncipe*, Lisboa, Guimarães Editores, 6ª Edição, 1994.

¹³ R. J. Knecht, *Richelieu*, Mem Martins, Editorial Inquérito, Junho de 1999.

altura em que os empresários militares desligaram os estados dos complexos problemas do recrutamento¹⁴. Destes, destacaram-se o marquês de Spínola, que organizou e comandou o exército que, ao serviço do rei hispânico, combateu nos Países Baixos; Ernesto, conde de Mansfield, que organizou tropas para o Eleitor do Palatinado e para o rei da Suécia; o marquês de Hamilton para a Suécia; o duque Bernardo da Saxónia-Weimar para a França, apesar da parcimónia francesa em ceder autonomia militar a terceiros, devido à conflitualidade interna; e, o mais famoso de todos, Albrecht de Wallenstein (1583-1634), conde da Boémia, empresário militar de maior sucesso e hábil chefe militar, que colaborou com o Imperador da Áustria Fernando III¹⁵.

Se pagar à tropa combatente constituía um problema permanente para o erário estatal, alimentá-la e aquartelá-la era outra dor de cabeça. Os contingentes militares viviam muito à custa da delapidação dos locais por onde passaram, exigindo das populações recursos que estas nem sempre estavam dispostas a partilhar, sucedendo o mesmo com o alojamento feito em casas particulares. É certo que as crescentes necessidades de vestuário, víveres e alojamento impuseram as contribuições aos residentes e obrigaram à necessidade da construção de casernas e ao uso de tendas¹⁶. Porém, a «coabitação» foi sempre problemática, com os soldados a pilhar, violar e matar as populações das zonas de guerra, respondendo estas de igual modo perante os soldados que se aproximavam. Por isso, “*A permanência prolongada do exército numa dada região podia exauri-la*”¹⁷. O resultado das periclitantes condições de vida dos soldados foi a ocorrência de motins, como resposta colectiva, e deserções, como resposta individual¹⁸.

Foi devido ao descalabro da situação que os Estados passaram a prestar mais atenção às questões logísticas, com os abastecimentos, o aprovisionamento, os pagamentos do pré e até os uniformes a serem regulamentados e a tornarem-se obrigações dos Estados, em detrimento dos empresários. “*A centralização e uniformização dos exércitos resultou extremamente dispendiosa mas tremendamente eficaz*”¹⁹, com resultados visíveis no final do século XVII.

Como facilmente se percebe, num ambiente de guerra prolongada com estas características, onde o saque e a violência praticada sobre os habitantes das povoações conquistadas constituía um direito de guerra legítimo, a mortalidade foi acentuada, havendo dados a apontar que, dos soldados alistados anualmente, quatro em cada cinco morriam em

¹⁴ Francisco Andújar Castillo, ob. cit.

¹⁵ Anthony Livesey, *Battles of the Great Commanders*, London, Tiger Books International, 1990.

¹⁶ Geoffrey Parker, ob. cit.

¹⁷ Idem.

¹⁸ Francisco Andújar Castillo, ob. cit.

¹⁹ Geoffrey Parker, ob. cit.

consequência directa ou indirecta da guerra, sendo a Guerra dos Trinta Anos responsável pela morte de 600 mil soldados, num total de 10 a 12 milhões de europeus mobilizados²⁰.

A guerra era, realmente, um assunto demasiado caro, a que não é alheia a tecnologia empregue, decorrente do emprego crescente da pólvora. As primeiras armas de fogo dizem respeito à Artilharia, uma arma cara, pesada, estática, de difícil manejo e de eficácia duvidosa, com um desenvolvimento lento e uma utilização reduzida até meados do século XVII. No entanto, o seu poder de fogo tornou obsoletas as muralhas dos castelos medievais. Como consequência, para defesa das localidades ou controlo estratégico de determinadas áreas geográficas, o castelo de altas muralhas a prumo, envolvendo a imponente torre de menagem, foi substituído pelo forte abaluartado. Este, constituído por muros baixos, espessos, construídos por materiais absorventes e inclinados, oferecia menor alvo e maior resistência ao fogo da artilharia inimiga e menor ângulo de impacto. As guaritas, em forma de estrela, permitiam repelir um ataque através do fogo frontal e de flanco das peças de sítio e das armas ligeiras.

No campo de batalha, a Artilharia carecia de mobilidade, só atenuado quando Gustavo Adolfo aligeirou as peças e «inventou» a artilharia de manobra. No entanto, era sabido que um tiro que atingisse um contingente militar compacto faria um morticínio, influenciando, por isso, na forma de conceber os dispositivos de combate, com frentes mais longas e adelgadas.

Contudo, maior influência que a Artilharia teve a arma de fogo ligeira, que passou a infantaria de bandos de indisciplinados, armados de forma improvisada e heterogênea para um conjunto de unidades treinadas e disciplinadas. A mutação não foi célere, nem a arma branca foi de pronto abandonada. A invenção da platina de mecha, e consequente aparecimento do arcabuz, armou elevadas percentagens de homens nas infantarias europeias, mantendo-se uma permanente ligação nas formações de combate entre os arcabuzeiros e os piqueiros. Posteriormente, o mosquete passou também a integrar o armamento do infante. Com maior poder de fogo que o arcabuz e empregue contra formações de cavalaria, era no entanto mais pesado e comprido, necessitando de uma forquilha para disparar apoiado.

Portanto, a partir do século XVII, os exércitos tiraram partido da actuação conjunta de piqueiros e mosqueteiros. Os primeiros podiam retirar margem de manobra táctica a um contingente de cavalaria que atacasse com lanças ou pistolas, enquanto os segundos protegiam os piqueiros flagelando essa mesma carga pelo fogo²¹.

²⁰ Idem.

²¹ John Keegan.

Com a utilização da pólvora nos meios de coacção militares entra-se, assim, na época técnica da arte da guerra, em que a tendência latente é a eliminação, simultaneamente física e moral, do adversário; a bravura cede o lugar à mecânica, pois aquele que brandir a melhor arma, e dela souber tirar o máximo proveito técnico e tático, é o adversário mais temível, qualquer que seja a sua situação social ou a sua coragem²².

Desta forma, a cavalaria, renitente em adaptar-se aos novos tempos, vê a sua importância decair. Habitado à hegemonia militar, o cavaleiro, ainda impregnado da ética medieval de fazer a guerra, desprezou as novas armas, demorando a aceitá-las e a adaptar-se à nova realidade, não compreendendo que a pólvora transformara o modo de vida cristão da Idade Média. A guerra deixara de ser uma prova moral pela batalha, um julgamento de Deus que a Igreja arbitrava em seu nome; agora era um meio de que os governantes se socorriam para atingir fins políticos.

Entretanto, a Cavalaria, que constituía cerca de 20% do efectivo dos exércitos²³, passou a utilizar a pistola a par da tradicional espada. Assim, perdendo muito do seu poder de choque, foi na flexibilidade e na mobilidade que passou a assentar a sua importância, tornando-se as suas formações em destacamentos auxiliares, em que as emboscadas, golpes de mão, protecção da força e exploração do sucesso eram o seu *modus operandi*. No campo de batalha, tornou-se num alvo remunerador ao fogo inimigo, sendo obrigada a manobrar de forma dispersa e veloz, procurando flanquear e atacar o dispositivo adversário.

Mas ser cavaleiro continuou a ser prerrogativa nobiliárquica, não só por tradição, mas também porque possuir cavalos era um «luxo» não ao alcance de todos. O prestígio social passou, assim, a estar muito acima da sua funcionalidade²⁴.

A táctica estava a ser, de facto, condicionada pela nova técnica das armas de fogo. O fogo de artilharia incrementou as fortificações defensivas adaptáveis à canhoeira, tornando-se algumas localidades, desde meados do século XVI, autênticas fortalezas. De facto, a nova traça arquitectónica das fortalezas, que começaram por ser defesas locais e urbanas, transformou-as num sistema contínuo de fronteiras assentes numa linha de bastiões em apoio mútuo²⁵. Os exércitos passaram a privilegiar a defensiva em detrimento da ofensiva, irrompendo a guerra de cercos, longa, perigosa e insalubre. A inexpugnabilidade dos fortes e a necessidade de cortar as linhas de comunicações, de forma a impedir os abastecimentos e meios de socorro, impunham a necessidade do cerco e o consequente isolamento do adversário sitiado. Na verdade, tal situação obrigava ao controlo de vastas regiões, tarefa ciclópica para exércitos ainda desconhecedores do

²² Loureiro dos Santos, *Apontamentos de História para Militares*, Lisboa, IAEM, 1979.

²³ Geoffrey Parker, ob. cit.

²⁴ António Manuel Hespanha, *Nova História Militar de Portugal*, vol. 2, Direcção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2003.

²⁵ Michael Howard, *A Guerra na História da Europa*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1997.

Princípio Divisionário²⁶ e que não tinham uma organização logística que permitisse o seu emprego fraccionado, “*obrigando-os a operar como um todo, sem liberdade de movimentos e capacidade de manobra*”²⁷.

Portanto, o cerco, em face da escassez de vias de comunicação, normalmente controladas por fortalezas estrategicamente posicionadas, era a manobra adoptada para derrotar adversários e controlar territórios, pois acometer frontalmente os fortes podia ser um suicídio e contorná-los, ignorando-os, um risco, podendo originar o corte das próprias linhas de comunicações, para além de se ficar com o inimigo «cravado nas costas». Os cercos eram, por norma, longos, desgastantes e de sucesso não garantido, exigindo, por vezes, a capitulação sucessiva de uma linha de fortes para poder conquistar uma dada região. Portanto, da mesma maneira que os canhões tinham retirado a primazia da defesa aos castelos, o forte abaluartado restaurou-a²⁸.

Embora não fossem recorrentes, as batalhas em campo aberto existiram. Os exércitos tomavam as suas formações a pequenas distâncias uns dos outros, mantendo-se, por vezes, inactivos à espera da iniciativa do adversário. Quando iniciadas, as batalhas eram frontais, devido ao posicionamento dos dispositivos em linhas paralelas, à imobilidade da artilharia de campanha e à dificuldade de manobra da própria infantaria. Decorriam, então, sangrentas lutas corpo-a-corpo, num entrechocar de lâminas das espadas, alabardas e piques, fogo dos arcabuzes e mosquetes. Entretanto, a cavalaria, impotente para carregar de frente um adversário compacto que «vomita» fogo, procurava acometer o flanco do seu dispositivo, complementado com os disparos das peças de artilharia cujos projecteis, quando acertavam, podiam dizimar grupos compactos de combatentes.

Ao tempo, seguindo uma linha cronológica, quatro exércitos se distinguiram, pela organização, poder militar, inovação técnica ou táctica: os *tercios* castelhanos dos Filipes; o Exército das Províncias Unidas, sob Maurício de Nassau; o Sueco, de Gustavo Adolfo; e o da França, com o Marechal Turenne.

4. «ESCOLAS MILITARES»

No século XVI, a mais famosa e temida máquina de guerra era o *tercio* hispânico, uma unidade expedicionária de intervenção rápida, que surgiu com as campanhas de anexação do

²⁶ O Princípio Divisionário consistia no fraccionamento do exército em grandes unidades de manobra, que lhe permitia progredir separadamente por itinerários diferentes, reunindo e desenvolvendo as suas formações de combate na área do objectivo. Este conceito seria aplicado com Frederico II da Prússia e Napoleão Bonaparte.

²⁷ Liddell Hart, *As Grandes Guerras da História*, São Paulo, Ibrasa, 1963.

²⁸ John Keegan, ob. cit.

Estado de Milão, em 1536, tornando-se na base do poder militar hispânico²⁹. Um instrumento que permitiu manter, durante uma centúria, uma hegemonia política e militar acima das próprias capacidades económicas e logísticas do Estado.

O *tercio* representava a elite do exército hispânico, organizado à base de infantaria e com um sistema de recrutamento assente no voluntariado, exclusivamente entre nacionais³⁰. O contingente era constituído por um número variável de Companhias, que foram 12 nos primeiros tempos da sua existência e 15 no século XVII, com quantitativos totais variáveis entre os 1500 homens e os 3000, de acordo com as disponibilidades de recrutamento³¹. Só em situações de limite se recrutava por obrigatoriedade, constituindo as milícias municipais, de cariz medieval, a reserva de recrutamento.

Relativamente ao armamento, com o aparecimento das armas de fogo, o *tercio* passou a ser constituído por piqueiros, arcabuzeiros e mosqueteiros³². Os piqueiros, como tropa de choque, eram a infantaria pesada, ocupando, na ordem de batalha esquadronar toda a zona central, dispostos em fileiras que, envolvendo o conjunto, se destinavam a sustentar as cargas da cavalaria adversária e eram o elemento de assalto final, a quem se pedia a decisão do combate através do choque. Para combinar a ordem profunda com a utilização das armas de fogo, cada *tercio* compreendia duas a quatro mangas de mosqueteiros e arcabuzeiros, geralmente colocados nos ângulos dos quadrados. Deste modo, procurava-se suprir a falta de mobilidade do dispositivo rentabilizando as valências das armas de fogo. Os mosqueteiros, que inicialmente eram utilizados para colmatar as deficiências da artilharia, incorporavam-se no dispositivo, utilizando a potência e o alcance do seu fogo para fustigar o inimigo à distância; os arcabuzeiros, elementos de maior prestígio, que constituíam uma espécie de infantaria ligeira, distinguida pela flexibilidade de movimentos e eficiência do seu fogo, actuavam em apoio da formação de piqueiros ou de forma individualizada.

O êxito dos *tercios* baseou-se, a nível táctico, no predomínio da Infantaria sobre a Cavalaria, e técnico, na actuação conjunta de piqueiros, arcabuzeiros e mosqueteiros, empregues cada qual com uma missão específica e uma técnica diferente, mas com uma polivalência individual que os capacitava tanto para acções de cerco, através de trabalhos de minagem ou

²⁹ Fernando Martínez Laínez e José Maria Sanches Toca, *Tercios de España. La Infanterie Legendaria*, Madrid – México – Buenos Aires – San Juan – Miami, EDAF Antilhas, 6ª edição, Outubro de 2007.

³⁰ Francisco Andújar Castillo, ob. cit.

³¹ Eduardo S. Creasy, *Las Batallas Decisivas en la Historia del Mundo*, San Sebastián, J. Gibert Editor, 1941.

³² Fernando Martínez Laínez e José Maria Sanches Toca, ob. cit.

terraplanagem, como para manobrar nos campos de batalha, onde as formações de combate variavam consoante o terreno e o inimigo³³.

É evidente que nem só do corpo de elite dos *tercios* se constituíam os exércitos da Monarquia Hispânica. Aliás, os *tercios* eram quantitativamente a parte menor do exército, que recrutava mercenários valões, alemães, italianos, borgonheses, irlandeses, flamengos e alemães em grande quantidade, utilizados como forças de ocupação do terreno e para defesa das linhas de comunicação³⁴. Porém, se em 1590 era de 200 mil e em 1630 de 300 mil, começaram subitamente a diminuir para 100 mil em 1650 e 50 mil em 1690³⁵, como consequência da recessão demográfica e financeira.

Entretanto, a capacidade dos exércitos e a eficiência dos *tercios* hispânicos foi-se esbatendo. A derrota de Rocroi, em 1643³⁶, seguida da de Lens, ante o contingente francês, pôs em evidência as fragilidades militares hispânicas³⁷. O esvaziamento da capacidade de recrutar no interior peninsular e o crescente abandono e inactividade pelos nobres das obrigações militares, obrigou ao recrutamento de miseráveis e maltrapilhos da sociedade, influyendo sobremaneira no valor combativo e espírito patriótico do soldado. Disso dá conta o duque Sanlúcar em 1666, que se lastimava da qualidade dos voluntários recebidos, afirmando que “*sen vagabundos y holgazanes que se alistan para tomar las pagas y por coger los vestidos y, antes de llegar a los ejércitos, se huyen*”³⁸. De facto, “*Em meados do século XVII, a terrível máquina de guerra que era a infantaria espanhola era uma sombra de si própria*”³⁹.

Coube ao exército das Províncias Unidas, pela mão de Maurício de Nassau (1567-1625), as primeiras inovações tácticas decorrentes da especificidade técnica das armas de fogo. Educado na escola de guerra que combatia os *tercios* do Duque de Alba, onde prevalecia a defesa assente nas fortificações, Nassau dispôs-se a enfrentar o inimigo em campo aberto, tirando partido do subaproveitado poder de fogo.

Assim, assente na máxima que a massa se vence com mobilidade e fogo, entendeu que, ao contrário da prática corrente, o pique é que devia apoiar o mosquete e que as formações, em vez

³³ Hugo O'Donnell e Duque de Estrada, “Los Tercios, la Máquina de Guerra”, in *História*, Madrid, Año XVIII, nº 210, Outubro de 1993.

³⁴ Segundo C. Monteiro e J. Marcadé, a tropa mercenária constituía 9/10 do contingente: *A Península Ibérica no Século XVII*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 2002.

³⁵ Paul Kennedy, *Ascensão e Queda das Grandes Potências: Transformação Económica e Militar de 1500 a 2000*, vol. I, Rio de Janeiro, Editora Campos, 1985.

³⁶ Sobre a Batalha de Rocroi ver: Pablo Martín Gómez, *El Ejército Español en la Guerra de los 30 Años*, Madrid, Almena, 2006.

³⁷ Atente-se que os *tercios* destruídos por Condé na Batalha de Rocroi tinham uma média de 1000 homens cada, ou seja, 1/3 do estipulado: Anthony Livesey, ob. cit.

³⁸ Eduardo S. Creasy, ob. cit.

³⁹ C. Monteiro e J. Marcadé, ob. cit.

de dispostas em quadrados pouco flexíveis, deviam ser alongadas, com o aumento da frente do dispositivo em detrimento da profundidade⁴⁰. Desta forma, separando os mosqueteiros dos piqueiros, organizou a infantaria em batalhões de 120 a 150 homens, com capacidade de actuação independente, onde o dispositivo, disposto numa frente larga e em 10 linhas de profundidade, permitia aos mosqueteiros, entrepostos pelo apoio dos piqueiros destinados a protegê-los das cargas de cavalaria, uma amplitude de fogo maior, sendo um alvo menos remunerador⁴¹. Fazendo da disciplina férrea, do treino constante e do pagamento atempado as traves-mestras da eficiência dos seus soldados, Nassau impôs um ritmo de tiro cadenciado, feito à ordem, linha a linha, que resultou num efeito mortífero para os adversários.

Não foi só a Infantaria que ganhou em mobilidade e flexibilidade, o mesmo aconteceu com a Cavalaria, que foi organizada em esquadrões de 200 cavalos armados de espada e pistola. Actuando em apoio dos flancos das formações de infantaria, ou manobrando de forma independente, ficou célebre a sua tática de caracol, que através de vagas sucessivas se aproximava do dispositivo inimigo disparando as pistolas.

A Artilharia foi classificada em duas categorias, a de linha e a ligeira. A primeira, pesada, reforçava os pontos fracos da ordem de batalha, sobretudo quando defendia, a segunda mais ligeira, guarnecia a frente das tropas e acompanhava-as na ofensiva⁴².

Portanto, Nassau *“modificou a ordem de batalha, até então adoptada, dispondo as tropas, em regra, em três linhas, vanguarda, batalha e retaguarda; cavalaria nas alas e a artilharia ligeira cobrindo a frente da vanguarda”*.⁴³ Com esse dispositivo, a acção ofensiva dos piqueiros inimigos ficou dificultada, sujeitando-se ao fogo dos mosqueteiros.

O Exército de Maurício de Nassau era um exemplo de organização, formada por contingentes profissionais, a sua maioria recrutados fora da Holanda, sobretudo na «Germânia», mas onde também havia franceses, ingleses, escoceses e suíços; a eficiência dos Exércitos das Províncias Unidas assentava, a par das inovações tácticas idealizadas por Nassau, na sua organização com carácter permanente, no treino constante e num sistema financeiro que permitia o pagamento em tempo às tropas, características sem paralelo nos outros exércitos europeus⁴⁴.

Mas, foi o sistema defensivo abaluartado do território das Províncias Unidas que mais dissabores causou aos *tercios* hispânicos⁴⁵. Rodeadas por elaboradas defesas hidráulicas, que

⁴⁰ Michael Howard, ob. cit.

⁴¹ Francisco Andújar Castillo, ob. cit.

⁴² Carlos Selvagem, *Portugal Militar*, Lisboa, INCM, 1991.

⁴³ Barros Rodrigues, *Organização Dos Exércitos, Organização Militar Portuguesa, Estratégia, Geografia e História*, Secção IV, História Militar, Lisboa, Escola do Exército, 1935-1936.

⁴⁴ Francisco Andújar Castillo, ob. cit.

⁴⁵ John Keegan, ob. cit.

impediam a minagem e permitiam, se fosse preciso, a retirada para o mar, as fortalezas, idealizadas por Coehorn, dispostas em apoio mútuo e dificultando ao adversário o avanço territorial, obrigaram «os Filipes» a uma sangrenta guerra de desgaste, onde a necessidade de um aumento constante dos efectivos militares, fragilizaria os recursos financeiros e o ânimo dos soldados⁴⁶.

Foi Gustavo Adolfo (1594-1632) quem deu consistência táctica aos pressupostos idealizados por Maurício de Nassau, perante as quais a eficácia dos *tercios* foi posta em causa⁴⁷.

A ele se deve uma certa ordem na guerra anárquica, inconsequente e espaçada no tempo e no espaço que foi a Guerra dos Trinta Anos, onde a rotina de cercar e acometer praças-fortes foi abandonada, as normais tréguas de Inverno foram ignoradas e a parcimónia no confronto directo com os adversários ultrapassada. Ao invés, actuava enérgica e ofensivamente nos teatros de operações, dando importância às linhas de operações e comunicações e fazendo da mobilidade, da manobra e do fogo a conjugação ideal para destruir das forças inimigas.

A arma de excelência da infantaria sueca era o mosquete, servindo o pique, utilizado em menores proporções, unicamente para estabilizar as formações de combate. O arcabuz não era utilizado. No mosquete, que foi aligeirado, de forma suprimir o uso da forquilha, reduziu-se o calibre, substituiu-se progressivamente a mecha pela platina de roda e adoptou o cartucho de cartão⁴⁸, possibilitando-lhe uma cadência de tiro sem precedentes.

O próprio pique era mais aligeirado. O dispositivo de combate era semelhante ao de Nassau mas, em vez das dez linhas, adoptou apenas seis. Com uma frente por norma superior à do inimigo e uma profundidade menor, Gustavo levou o binómio fogo/movimento ao máximo esplendor. De facto, os soldados não só eram capazes de marchar e disparar simultaneamente, mantendo o inimigo debaixo de fogo antes de se dar o contacto, como, quando estanques, três linhas faziam fogo numa só descarga. A este respeito, disse o inglês James Turner: “*e assim se lhes fez o maior dano (...) porque, para os mortais, uma deflagração prolongada e contínua é mais terrível e apavorante do que dez deflagrações isoladas*”⁴⁹.

Todavia, o poder de choque e a manobra do exército sueco cabiam à cavalaria que, armada de sabre carregava veloz e coordenadamente sobre o adversário.

Também a artilharia conheceu um desenvolvimento sem paralelo. Aproveitando as indústrias metalúrgicas suecas, as peças perderam em peso, comprimento do cano e calibre o que ganharam em mobilidade e potência de fogo, características que, segundo Fuller, foram a base

⁴⁶ Robert O’Connell, *História da Guerra, Armas e Homens*, Lisboa, Teorema, 1995.

⁴⁷ Pablo Martín Gómez, ob. cit.

⁴⁸ J. F. C. Fuller, *L’Influence de l’Armement sur l’Histoire*, Paris, Payot, 1948.

⁴⁹ Geoffrey Parker, ob. cit.

das vitórias suecas em Breitenfeld e Lutzen⁵⁰. A Artilharia acompanhava a batalha, pois as peças eram puxadas unicamente por um ou dois cavalos, apoiando o fogo dos mosqueteiros.

Porém, a grande virtude do rei sueco foi a capacidade de aliar harmoniosamente as três armas, Infantaria, Cavalaria e Artilharia, cuja acção conjunta, feita de forma cúmplice, ordeira e disciplinada, debaixo de um comando centralizado, lhe garantia o sucesso da contenda⁵¹. Quando Gustavo Adolfo morreu na Batalha de Lutzen⁵², o seu exército rondava os 140 mil homens, organizado segundo um modelo que perdurou como arquétipo da organização militar quase até ao fim do século XIX⁵³.

Se os primeiros decénios do século XVII foram de predomínio militar da escola sueca, a francesa sucedeu-lhe. Sabemos que, até 1635, a França foi um ausente/presente da Guerra dos Trinta Anos, pois até essa altura fez do exército sueco o seu instrumento privilegiado no conflito, que apoiava diplomática e economicamente. O desaparecimento de Gustavo Adolfo e a derrota que as forças suecas sofreram na batalha de Nordlingen, em 1634, ante os *tercios* do Cardeal Infante Fernando da Áustria, impeliu Richelieu a envolver-se directamente na contenda. Foi um passo arriscado para um país não de todo preparado militarmente. E de facto, os primeiros tempos não correram bem, com os *tercios* hispânicos da Flandres a penetrarem em solo francês.

Deveu-se à acção e capacidade organizativa dos intendentos Michel Le Tellier, durante o magistério de Mazarino, e ao seu filho, Marquês de Louvois, no reinado de Luís XIV, a constituição de um exército nacional⁵⁴. Aos capitães competiu a responsabilidade de recrutamento interno, cujas arbitrariedades ficaram sujeitas a permanente fiscalização da burocracia do Estado. As insuficiências foram colmatadas por recurso a mercenários no exterior, que constituíam cerca de um quinto do total de efectivos⁵⁵, mas sem recurso aos *condottieri*⁵⁶, por razões políticas. Foram construídos os primeiros aquartelamentos e adoptados uniformes reais, iguais em cada regimento, com estes a deixarem de formar na linha de batalha segundo a hierarquia dos seus comandantes. Foram também criados os serviços de intendência e sanidade, através da instalação de armazéns ao longo das linhas de comunicação, permitindo uma

⁵⁰ J. F. C. Fuller, ob. cit.

⁵¹ Francisco Andújar Castillo, ob. cit.

⁵² Sobre a Batalha de Lutzen ver: Christer Jorgensen et al, *Great Battles Decisive that Have Shaped History*, London, Parragón, 2007.

⁵³ J. F. C. Fuller, ob. cit., p. 114.

⁵⁴ Pierre Goubert, *Mazarin*, Paris, Fayard, 1990.

⁵⁵ Geoffrey Parker, ob. cit.

⁵⁶ R. J. Knecht, ob. cit.

regularidade e continuidade nas operações inédita⁵⁷. E, desta forma, em meados do decénio de trinta do século XVII, a França tinha pronto um exército de 150 mil homens⁵⁸.

Nesse período, emergiram os generais franceses Condé e Turenne como artífices das inovações militares. Se o duque d'Enghien, príncipe de Condé (1621-1686), foi o comandante tático que, ao derrotar o exército hispânico comandado pelo português Francisco de Melo, em Rocroi, em 1643, virou o curso da guerra, o marechal Turenne (1611-1671) notabilizou-se como estratega nas campanhas da Alemanha (1644-1648) contra os habsburgos, obtendo um conjunto de vitórias que deram ampla liberdade negocial a Mazarino na Conferência de Paz de Vestefália⁵⁹. Absorvendo alguns dos ensinamentos militares das Províncias Unidas e da Suécia, o Exército Francês alterou a organização tipo hispânica, adoptando o princípio da manobra, mediante uma conjugação de fogo, movimento e flexibilidade.

Assim, na infantaria individualizaram-se os mosqueteiros, os piqueiros e os fuzileiros, a cavalaria passou a armar-se preferencialmente de sabre, e a artilharia, antes prerrogativa de elementos civis, passou a contar com militares profissionais, que exerciam a sua função com carácter permanente. A unidade táctica fundamental era o Batalhão, fraccionado em Companhias, que tinham no centro os piqueiros e nas alas os mosqueteiros e os fuzileiros⁶⁰.

A ordem de batalha de Turenne era constituída somente por duas linhas, com uma reserva de infantaria e/ou cavalaria. Cada linha, por sua vez, estava fraccionada em Brigadas, cada qual compreendendo, por norma, dois batalhões, afastadas umas das outras, mas suficientemente próximas que permitissem a entreajuda. A cavalaria, posicionada nos flancos da infantaria, formava também em duas linhas e estava na mesma fraccionada. Um dispositivo desta natureza garantia a manobra, a independência de actuação das unidades, uma imensa frente de fogo, a manutenção de uma reserva para empregar no momento decisivo, com recurso à surpresa e a uma grande capacidade de choque, conferidos pela cavalaria.

Além destas inovações, Turenne fez um cabal aproveitamento do sistema logístico implementado por Michel le Tellier, caracterizado pela circulação de vagões com rações de reserva para o exército em campanha, a formação de corpos de intendente, a existência de depósitos de abastecimentos em localidades chave e a permanência de linhas que permitissem aos exércitos viver⁶¹. Rocroi marcou o ocaso da infantaria hispânica na Flandres e representou a

⁵⁷ Carlos Selvagem, ob. cit.

⁵⁸ Paul Kennedy, ob. cit.

⁵⁹ Jean Bérenger, *Turenne*, Librairie Arthème Fayard, 2007.

⁶⁰ John A. Lynn, "Forging the Western Army in Seventeenth Century France", in *The Dynamics of Military Revolution (1300-2050)*, Directed, Macgregor Knox e Willsamson Murray, Cambridge, University Press, 2001.

⁶¹ Anthony Livesey, ob. cit.

supremacia da técnica, da produção industrial bélica e dos novos pressupostos táticos apresentados no campo de batalha pelo aparelho militar francês, face ao músculo e à massa⁶².

Quando Luís XIV assumiu o poder, em 1661, o exército estava debaixo do controlo exclusivo do Estado, alcançando, em 1690, um total de 400 mil efectivos⁶³, e a guerra constituía a *ultima ratio regis*.

Em síntese, analisando as «escolas militares» sobressai a evolução do binómio fogo/choque: nos *tercios* o choque prevalecia, numa relação de dois piques para um arcabuz; o dispositivo holandês apresenta uma paridade entre os dois elementos essenciais de combate, preconizando também a protecção através do sistema defensivo de fortificações e de trincheiras; o exército Sueco privilegia claramente o fogo e, por associação, o movimento, identificadores da manobra táctica; o aparelho militar francês desenvolve o «modelo» sueco», apresentando a preocupação de organização de uma reserva táctica destinada a decidir a batalha no momento decisivo.

5. DIPLOMACIA EM GUERRA: VESTEFÁLIA

É incontestável que, em meados do decénio de 1640, com o centro da Europa dilacerado e os beligerantes esgotados, se ansiava pela paz. Richelieu, percebendo a superioridade militar da França, lançou a ideia de uma conferência que sentasse à mesa todos os intervenientes na guerra, para discutirem em conjunto as questões relativas à paz. O Cardeal substituiu a diplomacia de guerra pela inovadora diplomacia de paz.

Foi o imperador austríaco Fernando III quem, militarmente enfraquecido, acolheu a conferência de paz no seu território. Incapaz de retirar o cunho religioso ao conflito, dividiu os beligerantes em católicos e protestantes e escolheu, em Vestefália, as cidades de Münster e Osnabruque: na primeira localidade negociaram os estados católicos; na segunda, os protestantes.

As negociações de Vestefália apresentavam duas novidades: o facto de sentar à mesma mesa actores políticos com códigos de valores diferentes, poder diferenciado e objectivos políticos divergentes, algo a que não se assistia desde os grandes concílios religiosos do século XV⁶⁴; a particularidade das negociações decorre com as operações militares em curso, com a mesa negocial frequentemente dependente da evolução no campo de batalha.

⁶² António Domingues Ortiz, “Los Reyes Católicos y los Austrias”, *História de España*, Direcção de Miguel Artola, vol. 3, Madrid, Alianza Editorial AS, 1988.

⁶³ Paul Kennedy, ob. cit.

⁶⁴ Jorge Borges de Macedo, *História Diplomática Portuguesa, Constantes e Linhas de Força*, Lisboa, Instituto de Defesa Nacional, 1987.

Os resultados foram diferenciados. O espaço germânico, convertida em campo de batalha, completamente em ruínas e com um acentuado decréscimo populacional, espartilhou-se em cerca de 350 Estados, isentos da tutela imperial⁶⁵. A Monarquia Hispânica reconheceu a soberania das Províncias Unidas, perdeu parte dos seus domínios territoriais europeus e muitos dos recursos ultramarinos, sendo incapaz de harmonizar o espaço ibérico. As Províncias Unidas emergem como poder naval, entrando em rota de colisão com a Grã-Bretanha. Quanto à Suécia, cuja margem negocial ainda assentava na máquina militar herdada de Gustavo, foi-lhe entregue a Pomerânia e o controlo da margem sul do Báltico⁶⁶. Relativamente à França, exceptuando a ligação das Províncias Unidas à Monarquia Hispânica, venceu em todos os tabuleiros. Assinou uma paz separada com o imperador, eliminando a possibilidade de uma Alemanha forte e unida que ameaçasse a sua fronteira oriental⁶⁷, esbateu a ingerência hispânica na Itália e ficou com o domínio da margem esquerda do Reno.

Na realidade, “*a conferência concebeu a segurança europeia dentro de uma perspectiva francesa: neutralização da Alemanha e da Itália, afastamento da Áustria, abatimento e isolamento da Espanha*”⁶⁸.

Em Vestefália ficou consagrada, tal como preconizou Richelieu, uma Europa de estados soberanos, com a religião a funcionar como um mero dado de ponderação política⁶⁹, e o equilíbrio de poderes, inserto num certo predomínio francês, tendente a impedir o ressurgimento de hegemonias e baseado no uso da força dos estados coligados contra os eventuais prevaricadores⁷⁰.

Vestefália funcionou durante cento e cinquenta anos como uma espécie de «Carta da Europa»⁷¹, em que a paz alcançada “*restabeleceu o equilíbrio dos Estados e impediu que a disputa das Igrejas, e as crenças dos governantes, prejudicassem esse equilíbrio. (...) A estabilidade das grandes potências era colocada acima do enfraquecimento de um Estado potencialmente inimigo por dissidências internas ou rebeliões*”⁷².

⁶⁵ André Corvisier, *O Mundo Moderno*, Lisboa, Edições Ática, Outubro de 1976, p. 218. A Boémia, que se tornou um Estado independente, e o Brandemburgo, tornaram-se os Estados directores do firmamento alemão e os «embriões» da futura Alemanha.

⁶⁶ Luís Soares de Oliveira, *História Diplomática, o Período Europeu (1580-1917)*, Lisboa, Pedro Ferreira, 1994. A situação de hegemonia da Suécia no Báltico conduziria a conflitos com a Dinamarca e a Polónia.

⁶⁷ Jorge Borges de Macedo, ob. cit.

⁶⁸ Luís Soares de Oliveira, ob. cit.

⁶⁹ Idem.

⁷⁰ Kalevi J. Holsti, *Peace and War: Armed Conflicts and International Order 1648-1989*, Cambridge University Press, 1991.

⁷¹ Aymeri Chaurade, *Géopolitique, Constants et Changements dans l'Histoire*, Paris, Ellipses, 2003.

⁷² Raymond Aron, ob. cit.

Bibliografia

- ARON, Raymond, Paz e Guerra entre as Nações, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2ª Edição, 1986.
- BÉRENGER, Jean, Turenne, Librairie Arthème Fayard, 2007.
- CORVISIER, André, O Mundo Moderno, Lisboa, Edições Ática, Outubro de 1976.
- CASTILLO, Francisco Andújar, Ejércitos y Militares en la Europa Moderna, Madrid, Editorial Sintesis, 1999.
- CHAUPRADE, Aymeric, Géopolitique, Constantes et Changements dans l'Histoire, Paris, Ellipses, 2003.
- CREASY, Eduardo S., Las Batallas Decisivas en la Historia del Mundo, San Sebastián, J. Gibert Editor, 1941.
- JORGENSEN, Christer et al, Great Battles Decisive that Have Shaped History, London, Parragón, 2007.
- DUROSSELLE, Jean Baptiste, História da Europa, Lisboa, Círculo de Leitores e Publicações D. Quixote, 1990.
- FULLER, J. F. C., L'Influence de L'Armement sur L'Histoire, Paris, Payot, 1948.
- GÓMEZ, Pablo Martín, El Ejército Español en la Guerra de los 30 Años, Madrid, Almena, 2006.
- GOUBERT, Pierre, Mazarin, Paris, Fayard, 1990.
- GREEN, Vivian, Renascimento e Reforma, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1984.
- HART, Liddell, As Grandes Guerras da História, São Paulo, Ibrasa.
- HESPANHA, António Manuel, Nova História Militar de Portugal, vol. 2, Direcção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2003.
- HOLSTI, Kalevi J., Peace and War: Armed Conflicts and International Order 1648-1989, Cambridge, Cambridge University Press, 1991.
- HOWARD, Michael, A Guerra na História da Europa, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1997.
- KEEGAN, John, Uma História da Guerra, S. Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- KENNEDY, Paul, Ascensão e Queda das Grandes Potências: Transformação Económica e Militar de 1500 a 2000, vol. I, Rio de Janeiro, Editora Campos, 1985.
- KNECHT, R. J., Richelieu, Mem Martins, Editorial Inquérito, Junho de 1999.

- LAÍNEZ, Fernando Martínez e TOCA, José Maria Sanches, Tercios de España. La Infanterie Legendaria, Madrid – México – Buenos Aires – San Juan – Miami, EDAF Antilhas, 6ª edição, Outubro de 2007.
- LIVESEY, Anthony, Battles of the Great Commanders, London, Tiger Books International, 1990.
- LYNCH, John, Los Austrias (1598-1700), Barcelona, Crítica, 1993.
- LYNN, John A., “Forging the Western Army in Seventeenth Century France”, in The Dynamics of Military Revolution (1300-2050), Directed, Macgregor Knox e Willsamson Murray, Cambridge, University Press, 2001.
- MACEDO, Jorge Borges de, História Diplomática Portuguesa, Constantes e Linhas de Força, Lisboa, IDN, 1987.
- MAQUIAVEL, Nicolau, O Príncipe, Lisboa, Guimarães Editores, 6ª Edição, 1994.
- MONTEIRO, C. e MARCADÉ, J., A Península Ibérica no Século XVII, Mem Martins, Publicações Europa-América, 2002.
- MOREIRA, Adriano, “As Teses de Lutero”, in Estratégia, Vol VIII, Lisboa, Instituto Português da Conjuntura Estratégica, 1995.
- O’CONNELL, Robert, História da Guerra, Armas e Homens, Lisboa, Teorema, 1995.
- O’DONNELL, Hugo e ESTRADA, Duque de, “Los Tercios, la Máquina de Guerra”, in História, Madrid, Año XVIII, nº 210, Outubro de 1993.
- OLIVEIRA, Luís Soares de, História Diplomática, o Período Europeu (1580-1917), Lisboa, Pedro Ferreira, 1994.
- ORTIZ, António Domingues, “Los Reyes Católicos y los Austrias”, História de España, Direcção de Miguel Artola, vol. 3, Madrid, Alianza Editorial AS, 1988.
- PARKER, Geoffrey, “O Soldado”, in O Homem Barroco, Direcção de Rosário Villari, Lisboa, Editorial Presença, 1995.
- RODRIGUES, Barros, Organização Dos Exércitos, Organização Militar Portuguesa, Estratégia, Geografia e História, Secção IV, História Militar, Lisboa, Escola do Exército, 1935-1936.
- SANTOS, José Alberto Loureiro dos, Apontamentos de História para Militares, Lisboa, IAEM, 1979.
- SELVAGEM, Carlos, Portugal Militar, Lisboa, INCM, 1991.